de Aguiar Duarte, natural de Marvila, Santarém, com nacionalidade portuguesa, nascido em 11 de Fevereiro de 1974, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 107155506, com domicílio no Pátio Batista, 3, rés-do-chão, Ribeira de Santarém, 2000-581 Santa Iria, Ribeira de Santarém, por se encontrar acusado da prática do crime de prática do crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, praticado em 28 de Fevereiro de 2006, é o mesmo declarado contumaz, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, nomeadamente, passaporte, bilhete de identidade, carta de condução, bem como obter certidões ou efectuar registos junto de conservatórias do registo civil, predial, comercial ou automóvel, notariado, identificação civil e criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia, e, ainda, a passagem imediata de mandados de detenção para que o arguido preste termo de identidade e residência.

1 de Junho de 2007. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível*). — A Escrivã-Adjunta, *Maria João C. G. Figueiredo*.

4.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 4570-DL/2007

A juíza de direito, Dr.ª Ana Lúcia Gordinho, do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 986/02.OPBCBR, pendente neste Tribunal contra o arguido António José Dias Torgueda, filho de Mário Gonçalves Torgueda e de Silvina Dias Cirurgião, nascido em 21 de Agosto de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12344778, com domicílio na Rua da Cortepada, Caixa 1, Zebra, Serrapuinhos, 5470 Montalegre, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, conjugados com os artigos 121.º, n.º 1, e 122.º, n.º 1, do Código da Estrada, praticado em 22 de Novembro de 2001, por despacho de 10 de Maio de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

11 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Lúcia Gordinho*. — A Escrivã-Adjunta, *Fátima Martins*.

VARA COM COMPETÊNCIA MISTA DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 4570-DM/2007

O juiz de direito, Dr. Paulo Eduardo C. Correia, da Vara com Competência Mista do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 622/92.1 JACBR, pendente neste Tribunal contra o arguido Eduardo Manuel Rodrigues Borges, filho de Armindo de Jesus Borges e de Zélia do Céu Rodrigues, natural de Angola, nascido em 15 de Março de 1958, titular do bilhete de identidade n.º 7986850, com domicílio em São Bartolomeu Tiralana, 6-10 D, 03195 Arenales Del Sol, Alicante, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 300.º, n.ºs 1, 2, alíneas a) e b), do Código Penal, praticado em 2 de Maio de 1991, por despacho de 17 de Maio de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado.

18 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo Eduardo C. Correia*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Ferreira*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE CORUCHE

Anúncio n.º 4570-DN/2007

O juiz de direito, Dr. Bruno Guimarães, do Tribunal da Comarca de Coruche, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 205/06.0GTSTR, pendente neste Tribunal contra o arguido Colompar Ladislau, natural de Roménia, de nacionalidade romena, nascido em 3 de Agosto de 1980, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do passaporte n.º 05642798, com domicílio na Estrada Municipal, 515, Vivenda António Nuno, Biscaíno, 2100 Coruche, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 17 de Junho de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 23 de Abril de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Guimarães*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria da Graça M. B. Vicente*.

Anúncio n.º 4570-DO/2007

A juíza de direito, Dr.ª Maria de Fátima Batista da Silva Niza, do Tribunal da Comarca de Coruche, faz saber que, neste Tribunal, correm uns autos de processo comum (tribunal colectivo) n.º 80/01.ITBCCCH, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4, e 30.º, n.º 1, alínea d), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal colectivo), n.º 583/1994, onde foi declarado contumaz desde 16 de Junho de 1999, o arguido Vivêncio Padim Lima, filho de Marcial e de Carmen, de nacionalidade espanhola, nascido em 1 de Abril de 1951, titular do bilhete de identidade n.º 35 237 431-M, com domicílio no Lar Noalla, 23, Sanpenio, Pontevedra, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelo artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em Agosto de 1993 e um crime de associação criminosa, previsto e punido pelo artigo 299.º do Código Penal, praticado em Agosto de 1993, por despacho de 14 de Maio de 2007, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por caducidade.

23 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Batista da Silva Niza*. — A Escrivã-Adjunta, *Custódia Maria R. Taxa Ferreira*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio n.º 4570-DP/2007

O juiz de direito, Dr. Joaquim Borges Martins, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Covilhã, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 58/02.8TACVL, pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge Manuel Pereira Barroso, filho de João da Silveira Barroso e de Luísa dos Santos Pereira, natural de Caria, Belmonte, com nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Dezembro de 1967, casado, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do bilhete de identidade n.º 10555494, com domicílio no Bairro de Santo António, 8, 6250 Caria, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, por despacho de 4 de Maio de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por extinção do procedimento criminal nos termos do artigo 2.º do Código Penal, por força da Lei n.º 48/2005.

15 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Joaquim Borges Martins*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria José Martinho Marques*.